

**18º Congresso Brasileiro de Sociologia**

**26 a 29 de Julho de 2017, Brasília (DF)**

**Grupo de Trabalho: GT 20 Religião, conflitos e questão de secularização**

**JUVENTUDE E ENSINO RELIGIOSO: UMA ANÁLISE SOBRE AS  
VIVÊNCIAS RELIGIOSAS DE JOVENS ESTUDANTES DE COLÉGIOS  
ESTADUAIS EM CAMPOS DOS GOYTACAZES-RJ**

**Naiana de Freitas Bertoli**

**Universidade Estadual Norte Fluminense Darcy Ribeiro**

**(UENF)**

## **Resumo**

A presente pesquisa de abordagem sociológica qualitativa visa compreender as vivências e expressões religiosas no contexto escolar de jovens secundaristas da rede pública na cidade de Campos dos Goytacazes-RJ a partir das aulas de Ensino Religioso (ER), implementadas pela Lei estadual 3.459. A implantação do ensino religioso nas escolas estaduais do Rio de Janeiro tem sido discutida e analisada por pesquisadores como uma questão atual e um tanto controversa devido a seu caráter confessional e a sua forma de implementação nas escolas públicas. Nesse contexto, buscar-se-á o sentido sociológico sobre o tema, considerando como base empírica da pesquisa um levantamento de informações junto às escolas para identificar a existência de professores do ensino religioso e as confissões religiosas e momento posterior algumas dessas escolas serão selecionadas para observação, considerando a diversidade do perfil confessional e a participação de estudantes nas aulas. Também serão realizadas entrevistas individuais com estudantes buscando compreender suas trajetórias e vivências religiosas nas situações do espaço escolar e em outros espaços de experiências.

Palavras – chave: Juventude; Ensino religioso; Escola.

## **1- Delimitação do tema**

A problemática de pesquisa é fruto de abordagens sociológicas, sobre religião na cidade de Campos dos Goytacazes, que venho realizando desde a graduação com o objetivo de compreender as formas de vida dos jovens de segmentos populares da cidade de Campos dos Goytacazes.

A pesquisa busca avançar na problematização e compreensão sobre algumas vivências de jovens fluminenses no contexto religioso contemporâneo. As preocupações voltadas a esta temática levaram a novas indagações, que emergiram no meu percurso acadêmico e no início da minha vida docência, sobre as vivências religiosas de jovens secundaristas do ensino público a respeito da disciplina Ensino Religioso nas escolas estaduais do Rio de Janeiro, e em especial o seu caráter confessional.

A implantação do ensino religioso nas escolas públicas (espaço público) confere debates e discussões atuais e um tanto controversa (GIUMBELI & CARNEIRO, 2006). Na sociedade brasileira, principalmente no Rio de Janeiro, essa temática que envolve o estado e a religião tem ressurgido. Diversas pesquisas têm buscado discutir se o ensino religioso deve ser oferecido nas escolas públicas e se a dimensão religiosa deve ser incluída na formação básica conferida as escolas públicas (GIUMBELI & CARNEIRO, 2006; RANQUETAT JUNIOR, 2008; MIRANDA, 2011). Nesse sentido provoca intensas discussões entre diversos atores no cenário político, pedagógico, religioso e acadêmico (GIUMBELI & CARNEIRO, 2006, RANQUETAT JUNIOR, 2008; JUNQUEIRA, 2008).

A trajetória conflituosa do ER na educação pública brasileira tem origens profundas no passado, permanecendo em quase todo o processo histórico educacional do Brasil, só estando ausente no período da instituição da República. É matéria presente em provisões constitucionais republicanas desde 1934, segundo (GIUMBELI & CARNEIRO, 2006), embora tenha sido combatida por inúmeras organizações e pessoas ligadas a educação, sua permanência se deu na última constituição (1988), em seu art. 210, § 1º: “O ensino religioso, de matrícula facultativa, constituirá disciplina dos horários

normais das escolas públicas de ensino fundamental”. O ensino religioso historicamente segundo Giumbelli e Carneiro (2006) sempre se mostrou de forma predominante como elemento de doutrinação, assumia um caráter de “catequese” na escola, semelhante ao que acontecia nas escolas confessionais. Entretanto, as últimas reformas da educação nacional têm exigido outra concepção. Em 1997, é aprovada uma nova redação do artigo 33 da LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação) de 1996, o ensino religioso passa a ser entendido como parte complementar da construção da cidadania.

O novo modelo de ensino religioso se afasta de toda forma de confessionalismo e proselitismo buscando estar de acordo com a atual pluralização do campo religioso brasileiro (RANQUETAT JUNIOR, 2008:289).

O artigo 33 da LDB confirmou o ensino religioso como atribuição do Estado, suprimindo a expressão “sem ônus para os cofres públicos”, e como disciplina integrante dos horários normais das escolas públicas, entretanto com matrícula facultativa. Segundo os autores,

Em período mais recente e sob o impacto da pluralização da sociedade brasileira, o ensino religioso tem deixado de se vincular aos compromissos das representações confessionais para se tornar parte integrante da “formação do Cidadão” (GIUMBELLI & CARNEIRO, 2006:3).

Giumbelli (2004) *apud* Ranquetat Junior (2008) indicam que historicamente o ensino religioso esteve diretamente ligado aos interesses e a influencia da Igreja Católica.

A Igreja Católica busca, dessa forma, adaptar-se ao caráter pluralista das sociedades ocidentais modernas. Como a situação anterior de monopólio religioso já não mais existe, a defesa da educação religiosa nas escolas públicas assume uma feição ecumênica e inter-religiosa, refletindo a diversidade cultural e religiosa das sociedades modernas (RANQUETAT JUNIOR, 2008:299).

Entretanto no Estado do Rio de Janeiro o ensino religioso foi implantado como confessional de caráter facultativo para os alunos e obrigatório para as escolas públicas. Em 1999 o ex-deputado Carlos Dias apresentou um projeto que trazia o ensino religioso como confessional, à Assembleia Legislativa. Segundo Giumbelli e Carneiro (2006), o ex-deputado tinha vínculos com grupos da Igreja Católica e foi com o apoio deles que apresentou seu projeto de lei.

Sendo aprovado em 24 de agosto de 2000. Foi promulgada em 14 de setembro de 2000, a lei estadual 3.459 pelo então governador Anthony Garotinho, essa lei determinou a implantação do ensino religioso confessional nas escolas públicas estaduais do Rio de Janeiro, causando um amplo debate público e discussões sobre as recentes mudanças no campo religioso brasileiro e na relação entre as esferas pública e privada (GIUMBELI & CARNEIRO, 2006). Em 2004 foi realizado um concurso com 500 vagas para professores de ensino religioso, divididas em três faixas (católicos, evangélicos e outros credos), de acordo com a confissão do candidato (GIUMBELI & CARNEIRO, 2006).

Ainda que desde 2000 exista a referida Lei 3.459, meu interesse em estudar o tema emergiu quando iniciei minha docência em escolas estaduais do Rio de Janeiro, na cidade de Campos dos Goytacazes em 2014. Durante este ano, para completar minha carga horária, lecionava em duas escolas João Pessoa e Julião Nogueira. Em determinada ocasião no colégio Estadual João Pessoa, ao término da minha aula, e entrada de outro professor, muitos alunos me pediram para sair de sala, entretanto, notei que estes estavam mais agitados que de costume. Ao sair da sala, conversei rapidamente com o professor, devido ao horário da aula, que me explicou que essa “agitação” é rotineira a suas aulas, por ser de ensino religioso. Como o horário das disciplinas dos alunos sofreu alteração, estes passaram a ter as aulas de ensino religioso posteriormente as minhas de sociologia. Apesar de ser frequente a fixação do quadro de horários dos alunos nas salas dos professores, por parte da coordenação pedagógica, nesta ocasião não havia o informe sobre a mudança. Como o meu horário anteriormente não coincidia com o do professor de ensino religioso, eu não o conhecia.

Este fato me levou a indagar como os alunos se relacionam com aquela disciplina, especificamente o que os faz frequentarem as aulas? Como interessada na temática juventude e religião, qual é a religião dos jovens estudantes e as respectivas disciplinas confessionais ministradas nas escolas?

Posteriormente no colégio Julião Nogueira, um aluno do ensino fundamental procurou a coordenação para entregar um documento assinado pelos pais constando a não autorização dos pais quanto à frequência do filho,

de aproximadamente 10 anos de idade, nas aulas de ensino religioso. Nesse momento já havia passado três bimestres do ano letivo.

Nessa ocasião as minhas indagações adensaram no sentido de compreender o porquê dessa ocorrência e a necessidade de formalização desse documento e como isso refletia na vida desse estudante no contexto escolar. Neste sentido, iniciei um processo de levantamento de algumas informações junto à secretária da escola, sobre os procedimentos de isenção da disciplina. Apenas obtive a informação de que era na matrícula que os pais costumavam indicar a “frequência” na disciplina. Entretanto, não houve menção por parte da secretária sobre a existência de um formulário específico para a disciplina de ensino religioso. Também ao questionar sobre como os pais têm ciência do caráter facultativo da disciplina, a funcionária não soube responder.

Após esses fatos, busquei uma aproximação com o professor Thiago da outra escola que leciono com a finalidade de saber se ele tinha algum conhecimento sobre esses procedimentos e ademais como ele se relacionava com os estudantes. Nesse encontro, durante um tempo vago “janela” de aula, ele relatou algumas divergências entre a lei e a sua execução nas escolas. Relatando-me que quando fez o concurso para ensino religioso, ele concorreu à vaga para o credo “Evangélicos” a qual pertence. Ele esperava de acordo com isso que fosse professor apenas de estudantes evangélicos, entretanto, todos os alunos são matriculados, sem diferenciação de credos, assim como os que afirmam serem sem religião e ateus. Diante desta situação a relação dos alunos com a disciplina acontece de maneira confusa, alguns alunos participam da aula mesmo não sendo evangélico, outros ficam apáticos na sala de aula e uma minoria costuma ficar fora de sala, para não assistir as aulas, embora não permitido pela direção escolas, ocorria com frequência. Thiago me relata que os conteúdos são trabalhados evitando o proselitismo religioso, através de temas atuais relacionados à cidadania a fim de incentivar os alunos a frequentarem as aulas. Diante desse relato tive impressão de que os alunos desconheciam a lei 3.459.

## **2- Justificativas e Objetivos**

Portanto, compreender e descrever a relação dos jovens com a Lei 3.459 a partir das suas trajetórias e vivências, especialmente aqueles que não

assistem às aulas de ensino religioso, já que mesmo a lei sendo facultativa, não significa que todos os jovens escolheram espontaneamente frequentá-las, considerando a não divulgação por parte da instituição escolar junto aos pais/responsáveis dos estudantes sobre o caráter facultativo da disciplina ensino religioso. Alguns aspectos identificados na conversa que tive com o professor de ensino religioso parecem indicar que, a escola incentiva os jovens a frequentarem as aulas de ensino religioso (VARGAS, 2005; SILVA, 2012). Como dito anteriormente, o ensino religioso no estado do Rio de Janeiro, adotou um modelo confessional, no ano 2000, do ponto de vista legal e formal. Giumbelli e Carneiro (2006) destacam que uma das justificativas dadas pelos que defendem o modelo confessional é a de que o estado do Rio de Janeiro estaria desta forma respeitando a diversidade religiosa dos jovens.

Contudo, cabe compreender as mudanças ocorridas no cenário religioso do Brasil contemporâneo e as diversas opções religiosas dos jovens, assim como o aumento significativo dos jovens sem religião (NOVAES, 2006), no contexto escolar em que as,

antigas práticas confessionais e proselitistas seguem apesar da lei e das propostas curriculares que determinam a necessidade de uma educação religiosa pluralista (RANQUETAT JUNIOR, 2008:302).

Falar sobre juventude e religião, nos leva a pensar a respeito da flexibilidade dos jovens hoje de conhecer várias denominações religiosas, da autonomia de escolha sobre sua religião que muitas vezes são diferentes da que é seguida ou professada pelos seus progenitores. Desta forma a experiência dos jovens estudantes com o ensino religioso no espaço escolar pode ser considerada uma perspectiva interessante para conhecer as trajetórias de vida e experiências religiosas, suas crenças e a relação no espaço da escola. Compreender as vivências dos jovens estudantes de escolas estaduais da cidade de Campos dos Goytacazes, sob estas perspectivas em relação ao ensino religioso, pode possibilitar o entendimento de questões sobre o sentido sociológico da religião e juventude, entendendo a religião “como um dos aspectos que compõem o mosaico da grande diversidade da juventude brasileira” (NOVAES, 2008:263).

### **3- Primeiras observações para a construção do Problema de Pesquisa**

Há um ano estive na Secretaria de Educação do estado do Rio de Janeiro (SEEDUC) localizada na cidade de Campos dos Goytacazes a procura do órgão responsável pela disciplina de ensino religioso. Na ocasião conheci Mariza Barreto atual Articuladora de Ensino Religioso da Secretaria de Educação responsável pela Regional Norte Fluminense e informei-a da minha pesquisa de doutoramento, sobre o meu interesse em conhecer alguns aspectos sobre as aulas de ensino religioso nas escolas estaduais da cidade. Fui convidada a participar de uma reunião que aconteceria no dia 14 de setembro de 2015 no colégio Estadual Nilo Peçanha, e que estariam presentes os professores de ensino religioso além da coordenadora geral Maria Beatriz Leal, e também tive acesso a uma planilha das escolas que acontecem a aula de ensino religioso.

Mariza me relatou algumas dificuldades que tem enfrentado como articuladora em relação às direções escolares, que eventualmente mostram-se desinteressadas nos eventos de ensino religiosos, a qual os diretores juntamente com a coordenação pedagógica das escolas não repassam as informações enviadas pela coordenação da disciplina de ensino religioso aos professores de ensino religioso. Geralmente não cumprindo a lei, como, por exemplo, ocultando do quadro de horários os tempos destinados à disciplina. Também fui informada sobre a existência de um formulário obrigatório, a qual a secretaria utilizaria no ato da matrícula, para que os pais/responsáveis informassem o credo dos alunos, independente da existência de professor de ER na escola.

Ainda que a disciplina seja facultativa para o aluno, Mariza mencionou que algumas das orientações dadas às escolas eram ocultar o caráter facultativo da disciplina e confessional. Desta forma evitando que o aluno, não matriculados nas aulas de ensino religioso ou que professem credos diferentes do professor de ensino religioso, fique com tempo vago nas escolas, já que estas não dispõem de salas vazias nem de professores de ensino religioso de diferentes credos.

Em meados de setembro de 2015 aconteceu a Segunda Visita Técnica do ensino religioso em Campos dos Goytacazes, evento promovido pela SEEDUC, tratando à temática “Intolerância Religiosa”, estando presentes a



professora Beatriz Leal, coordenadora do ensino religioso da SEEDUC, Mariza Barreto e alguns professores da área. A reunião contou com a presença de poucos profissionais na área de ensino religioso. Onde aconteceu um curso com a Secretaria de Assistência Social e Direitos Humanos, através do Centro de Promoção da Liberdade Religiosa. E, posteriormente, com a SEEDUC, trocas de experiências e mostras das boas práticas sobre Intolerância Religiosa. Acompanhei a segunda parte da reunião onde os professores articularam sobre como eles têm buscado trabalhar com a questão da intolerância religiosa, na sala de aula, relatando suas dificuldades. Mariza e Maria Beatriz trouxeram uma apresentação a qual indica diretrizes de como trabalhar esta temática, e a maioria do tempo eram elas que falavam. Alguns professores concordavam com o que elas estavam expondo. Mas alguns professores, uma minoria, destacaram que antes de trabalhar com essa temática que gera conflitos em sala de aula, eles deveriam buscar resgatar valores perdidos e mediar conflitos, e não ocasioná-los.

Nessas duas observações diretas foi possível identificar os desencontros entre a lei e a sua implementação, desrespeitando os direitos dos alunos em relação à facultatividade da disciplina de ensino religioso. Essas informações parecem reforçar a minha hipótese inicial em relação ao direito de isenção do aluno nas aulas de ensino religioso. Assim como, atentar-me principalmente na flexibilidade religiosa dos jovens no atual campo religioso brasileiro.

#### **4- Abordagem teórica**

Max Weber (2004) nos orienta na compreensão do sentido do religioso a partir do seu enfoque dado as vivências e representações subjetivas dos indivíduos em suas condutas. A religião está perdendo sentidos tradicionais e antigas funções e passando a adquirir novos e nesta nova configuração religiosa a hegemonia católica tem chegado ao fim (SANCHIS, 2001). A perda de adesão de católicos nas últimas décadas “reflete justamente os efeitos da secularização sobre a religião na modernidade, ou seja, da pluralização do campo religioso e conseqüente afrouxamento dos laços institucionais sobre os indivíduos” (SANTOS, 2008:86).

(...) a concessão de liberdade religiosa e a separação Igreja- Estado, romperam definitivamente com o

monopólio católico, abrindo caminho para que outros grupos religiosos pudessem ingressar e se formar no país, disputar e conquistar novos espaços na sociedade, adquirir legitimidade social e consolidar sua presença institucional (MARIANO, 2003:112).

Autores como Pierucci e Prandi (1996) afirmam a importância de entender a religião como inovação, ruptura e mudança a fim de perceber o papel que esta cumpre em determinado contexto social. As novas religiões no campo brasileiro estão mudando o perfil religioso dos brasileiros. Segundo os censos (2000-2010) a expansão dos evangélicos, principalmente os pentecostais tem sido os causadores dessas mudanças. Vários teóricos (FREESTON, 1995; FERNANDES, 1994; FERNANDES, 1998; MARIZ & MACHADO, 1998) revelam a complexificação do campo religioso brasileiro, a expansão pentecostal tem se constituído um objeto de análise para entender essas transformações. Nesse cenário de religiosidade em expansão algumas considerações devem ser feitas.

Os estudos sobre a expansão pentecostal no Brasil encontram em Weber (2004) fecundo campo teórico e analítico, especialmente pela abordagem compreensiva de interpretação do sentido da ação social, considerando em que medidas determinados tipos de ação são tributários da combinação de elementos que organizam a vida social. Neste sentido, a religião ganha destaque em suas investigações, já que esta ocupa um lugar fundamental - porém não o único – na doação de sentido à vida e, por conseguinte, na doação de sentido à ação.

As igrejas pentecostais podem ser compreendidas a partir de uma tipologia que as compreende a partir de ondas de acordo com o seu surgimento. Esse fenômeno em apenas poucas décadas conseguiu uma enorme quantidade de adeptos na sociedade brasileira (FREESTON, 1994). O que também diferencia o pentecostalismo de outras religiões é a sua estrutura flexível. Sua característica de se reinventar e assumir formas únicas. Freeston (1994) afirma que o crente pode organizar uma igreja em qualquer lugar, por não depender de um clero formal. Sendo este um dos mecanismos de maior eficácia a sua rápida expansão.

No caso de Campos dos Goytacazes observa-se, que o pentecostalismo continua em expansão (Censo IBGE, 2010), acompanhando uma tendência nacional. Este crescimento tem se dado em um contexto de liberdade, tolerância, pluralismo e concorrência religiosa. Na cidade de Campos dos Goytacazes onde se dará pesquisa é possível verificar em relação aos dados estatísticos do IBGE 2000 e 2010, que os evangélicos representam 20,79% da população campista em 2000 e 31,06% em 2010. Os evangélicos de origem pentecostal representavam 9,36% da população evangélica em 2000 e 14,72% em 2010. E ainda a Assembleia de Deus (AD) representava 3,91% em 2000 e 7,19% em 2010. Logo, pode-se observar que também na cidade de Campos é expressivo o aumento da população evangélica de forma geral, e dando ênfase também aos pentecostais da AD que praticamente dobraram em uma década. Dessa forma é possível afirmar que a AD é a igreja mais expressiva dentro do grupo evangélico de Campos, logo em seguida aparece a Igreja Batista com 32 500 pessoas, e depois a Igreja Universal do Reino de Deus com 14 739 pessoas.

Quando falamos em juventude(s) somos obrigatoriamente induzidos a destacar a sua diversidade na vida social (VIANNA, 2003) e esta perspectiva é fundamental ao entendimento dos jovens e suas práticas religiosas. Como Dayrell (2003) construir uma categoria de juventude não é uma tarefa fácil já que para entender o conceito de juventude deve se considerar que ele adquire um sentido diferente de acordo com o contexto histórico, político, social e cultural (Dayrell, 2003) no qual o indivíduo está inserido.

(...) a juventude é uma categoria socialmente construída. Ganha contornos próprios em contextos históricos, sociais distintos, e é marcada pela diversidade nas condições sociais (...), culturais (...), de gênero e até mesmo geográficas, dentre outros aspectos. Além de ser marcada pela diversidade a juventude é uma categoria dinâmica, transformando-se de acordo com as mudanças sociais que vem ocorrendo ao longo da história. Na realidade, não há tanto uma juventude e sim jovens, enquanto sujeito que a experimentam e sentem segundo determinado contexto sociocultural onde se insere (DAYRELL 2007:4).

A relação entre juventude e sociedade deve ser percebida em termos de reciprocidade, isto é a palavra juventude indica um conjunto de relações sociais vividas pelos elementos considerados jovens de uma determinada

sociedade, pois depende em grande parte das influências orientadoras e diretoras vindas de fora saber se essa potencialidade será suprimida ou se será mobilizada e integrada num movimento (MANNHEIM, 1968).

No âmbito da pesquisa vale ressaltar que o termo juventude implica em uma pluralidade referindo-se à(s) juventude(s), um grupo social que pode ser categorizado a partir de diferentes variáveis (demográficas, econômicas, culturais, etc.). O jovem não pode ser caracterizado como uma categoria única e fixa (BOURDIEU, 1983). Estudiosos ressaltam que a juventude não forma um grupo coeso e singular, "... compreender a juventude como uma complexidade variável, que se distingue por suas muitas maneiras de existir nos diferentes tempos e espaços sociais" (CARRANO, 2000:12). Logo, os jovens não podem ser vistos como uma classe social ou grupo homogêneo, as características dos jovens estão sempre em construção, é uma categoria sem atributos pré-definidos, elas mudam de sociedade para sociedade e na mesma sociedade (ABRAMO, 1997, CARRARO, 2000) "A Juventude é uma concepção, uma representação social ou criação simbólica, fabricada pelos grupos sociais ou pelos próprios indivíduos tidos como jovens" (GROPPO, 2000:7).

Conforme os critérios do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a 'juventude' compreende a faixa entre os 14 a 25 anos de idade. Entretanto, sendo uma construção histórica o jovem não pode ser definida somente pela faixa etária, segundo Moraes (2005), essa fase é marcada pelas constantes mudanças que está ocorrendo na vida desses jovens ao se prepararem para vida adulta, além de ser considerada uma fase crítica e vulnerável. É através das práticas estabelecidas por eles, que podemos caracterizar o indivíduo como jovem e não sua idade biológica, a passagem da juventude para a idade adulta acontece de forma conflituosa em todas as sociedades. A condição de jovem depende de como que ele é visto dentro da sociedade. Deste modo, é preciso entender esses jovens enquanto sujeitos sociais que criam sem próprio modo de "ser jovem", baseados nas suas experiências cotidianas (Dayrell, 2003).

#### **4.1- Religião e juventude na contemporaneidade**

As transformações que percorrem as relações no campo religioso brasileiro - em especial a expansão pentecostal e a perda da hegemonia católica – indicam modificações da religiosidade dos jovens desta geração. Para Novaes (2006), os jovens cada vez mais vêm valorizando a sua fé, sem a obrigação de uma conversão institucional, mesmo que essa ocorra. A experiência pessoal dos jovens tem sido mais valorizada do que a instituição religiosa (BERTOLI, 2013). Segundo Novaes (2006), os jovens desta geração parecem ter atribuído um novo significado para o conceito de religião.

Nessa geração nada pode ser visto como muito estável, pois o que mais a caracteriza é a disponibilidade para a experimentação, o que ocorre também no campo religioso. São os jovens os que mais transitam entre vários pertencimentos em busca de vínculos sociais e espirituais (NOVAES, 2006:271).

Para Novaes (2004), nesse contexto de mudanças, os jovens passam a fazer suas escolhas religiosas em um campo mais plural e competitivo, estes têm maior liberdade de experimentar a religiosidade. Novaes (2005), afirma que nas últimas décadas os jovens brasileiros estão cada vez mais aderindo aos movimentos religiosos, o que vai contra as teorias de secularização (HERVIEU-LÉGER, 2008). O mundo religioso se torna dinâmico e em constante transformação, o crente é móvel e autônomo (MARIZ & MACHADO, 1998). A secularização não é a perda da religião do mundo, e sim sua reconfiguração, os sistemas de fé são reconstruídos (BERTOLI, 2010).

No caso da juventude a religião aparece em seus relatos como mecanismo capaz de enfrentar os problemas e os sofrimentos, forças substantivas capazes na tentativa de superação das dificuldades da existência (DURKHEIM, 1989; BERGER, 1985). As instituições religiosas continuam produzindo espaços para jovens, onde são construídos lugares de agregação social, identidades e formação de grupos que podem ser contabilizados na composição do cenário da sociedade civil (NOVAES 2008:289).

## **5- Metodologia**

Inicialmente realizarei um mapeamento das escolas da cidade de Campos dos Goytacazes que apresentam professores de Ensino Religioso. Através da Secretaria de Educação será possível ter acesso a essas escolas e

os respectivos credos dos professores de ensino religioso. Entretanto, será necessário verificar se esses professores trabalham em sala de aula, já que estes podem atuar como articulador pedagógico.

As escolas não serão escolhidas aleatoriamente. Algumas características relevantes serão consideradas. Primeiramente serão mapeados quais são os diferentes credos dos professores de ensino religioso existentes nas escolas da cidade de Campos dos Goytacazes, bem como a quantidade de cada um. A minha intenção é selecionar ao menos uma escola de cada credo existente. Entretanto também será verificado como falei anteriormente se estes professores atuam na sala de aula.

Posteriormente a pré-seleção das escolas, solicitarei a permissão das direções e dos professores para que eu possa frequentar a escola e conversar com os alunos. Inicialmente serão selecionados os três turnos (manhã, tarde e noite), e turmas de ensino médio regular e o EJA (educação de jovens e adultos).

A pesquisa terá como base empírica entrevistas semiabertas com jovens de 14 a 25 anos, estudantes de escolas estaduais localizadas na cidade de Campos dos Goytacazes. A entrevista de tipo qualitativa não é somente um método de apreensão das experiências dos outros, é também um instrumento fundamental para uma compreensão das realidades sociais (POUPART, 2008:216-217). A entrevista permite explicar as condutas sociais a partir do ponto de vista dos atores, isto é, “são eles mesmos que conferem sentido às suas ações” (POUPART, 2008:217). Desta forma permitindo nos aproximar da realidade construída pelos entrevistados para assimilar “as categorias do senso comum e explorar a maneira como estes atores constroem sua realidade, ao longo de suas atividades cotidianas” (POUPART, 2008:217).

Além das entrevistas será realizada observação direta das práticas dos jovens estudantes no espaço escolar para além da sala de aula, e eventualmente dos intervalos e demais eventos escolares.

No que tange a observações das atividades dos estudantes nos espaços da escola que não sejam os das salas de aulas será necessário manter uma interação, como situações de conversas com estes jovens (Foote-

Whyte, 1990; Becker, 1999). As entrevistas serão realizadas na escola, semiabertas e individuais, a fim de obter os relatos dos jovens. Estas serão gravadas e posteriormente transcritas, codificadas e analisadas.

### **5.1- Métodos e análise dos dados:**

Após a realização do trabalho de campo será realizado a análise de conteúdo dos dados:

- 1) Pré-análise: definição das categorias de análise que fundamentarão a interpretação dos dados; 2) Descrição analítica: as informações serão submetidas a um estudo aprofundado orientado pelas hipóteses e pelo referencial teórico da pesquisa, a partir da codificação, a categorização e a classificação das informações; 3) Interpretação referencial: a reflexão e a análise com embasamento nos dados empíricos possibilitarão estabelecer relações, aprofundando as conexões das ideias com vistas ao aprofundamento da análise e as conclusões da pesquisa ( BARDIN, 2004).

## **6- Referências Bibliográficas**

ABRAMO, H. W. Considerações sobre a tematização social da juventude no Brasil. Revista Brasileira de Educação, São Paulo, n.5-6, 1997.

BARDIN, L. Análise de conteúdo. Lisboa: Edições 70, 2004.

BECKER, H. Métodos de Pesquisa em Ciências Sociais. São Paulo, Hucitec 178 p, 1999.

BERGER, P. L. *O dossel sagrado*. São Paulo: Paulus, 1985.

BERTOLI, N. de F. Juventude e religiosidade evangélica na cidade de Campos dos Goytacazes: singularidades em torno de jovens moradores de favelas. Dissertação de mestrado em Sociologia Política. UENF, Campos dos Goytacazes/RJ, 2013.

BOURDIEU, P. A Juventude É Apenas Uma Palavra. "Questões de sociologia". Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.

CARNEIRO, S. de S. Religião, política e educação no Rio de Janeiro. *Revista Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, n.13-14, maio-dez, p. 123-148, 2004 a.

\_\_\_\_\_. Liberdade religiosa, proselitismo ou ecumenismo: controvérsias acerca da (re) implantação do ensino religioso nas escolas públicas do Rio de Janeiro. In: *28º Encontro Anual da ANPOCS*, Caxambu - MG (CD ROM), 2004b.

CARNEIRO, S. de S & CONTINS, M. Religião nas escolas: comparação entre Brasil e EUA. *25a. Reunião Brasileira de Antropologia*, Goiânia, junho de 2006, publicado em CD, 2006.

CARRANO, P. C. R. Juventudes: as identidades são múltiplas. In: *Movimento: Revista da Faculdade de Educação da UFF*. Niterói, n. 01: DP&A editora, maio, 2000.

DAYRELL, J. O jovem como sujeito social. *Rev. Bras. Educ.*, Rio de Janeiro, n. 24, p. 40-52, Dec. 2003. Available from <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-24782003000300004&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782003000300004&lng=en&nrm=iso)>. access on 19 Aug. 2016. <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-24782003000300004>.

DAYRELL, J. e R, J. Juventude e Escola: reflexões sobre o ensino da sociologia no ensino médio. *Anais do XIII Congresso Brasileiro de Sociologia*. Recife 2007.

DURKHEIM, E. As formas elementares da vida religiosa. Traduzido por Joaquim Pereira Neto. 2. ed. São Paulo: Paulus, 1989.

JACCOUD, M e M, Robert. A observação direta e a pesquisa qualitativa. In: POUPART, Jean et al. *A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

FERNANDES, R. C. "Governo das almas: as denominações evangélicas no Grande Rio", in *Nem anjos nem demônios: interpretações sociológicas do pentecostalismo*, Petrópolis: Vozes, 1994.

\_\_\_\_\_. *Novo nascimento: os evangélicos em casa, na Igreja e na política*, Rio de Janeiro: Mauad, 1998.

FOOTE-WHYTE, W. Treinando a Observação Participante. In: ZALUAR, A. *Desvendando Máscaras Sociais*. São Paulo: Livraria Francisco Editora S.A. 1990.



- FRESTON, P. Pentecostalism in Brazil: a brief history. Religion, Abingdon: Taylor & Francis, n. 2, v. 25, 1995, pp.119-133.
- FRESTON, P. “Breve história do pentecostalismo brasileiro”. In: Nem anjos nem demônios. Petrópolis: Vozes, 1994.
- GASKELL, G. Entrevistas individuais e grupais. In: GASKELL, G.; BAUER, M. W. (Org.). *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático*. Petrópolis: Vozes, p. 64-89, 2002.
- GIUMBELLI, E. Religião, estado e modernidade: notas a propósito de fatos provisórios. Revista de Estudos Avançados. São Paulo, v.18, n. 52, p.1-13, 2004
- \_\_\_\_\_. Minorias religiosas. In: Teixeira e Menezes (orgs.). *O Campo das Religiões no Brasil: continuidade e rupturas*. Petrópolis: Vozes, 2006a.
- \_\_\_\_\_. Ensino religioso nas escolas públicas: pensando as situações de São Paulo e Rio de Janeiro. *Anais da VII Jornada de Pesquisadores do Centro de Filosofia e Ciências Humanas, (CD-Rom) 2006b*.
- GIUMBELLI, E e CARNEIRO, S de S (orgs.). *Ensino Religioso no Estado do Rio de Janeiro – registros e controvérsias. Comunicações do ISER, 60, 2004*.
- \_\_\_\_\_. “Religião nas escolas públicas: questões nacionais e a situação no Rio de Janeiro”. Revista Contemporânea de Educação, v. 2, 2006.
- GROPPO, L. A. Juventude – ensaios sobre Sociologia e História das Juventude Modernas. Rio de Janeiro: DIFEL, 2000.
- HERVIEU-LÉGER, D. *O peregrino e o Convertido. Religião em Movimento*. Petrópolis: Vozes; 2008.
- JUNQUEIRA, S. História, legislação e fundamentos do Ensino Religioso. Curitiba: Ibpex, 2008
- MANNHEIM, K. O problema da juventude na sociedade moderna. Sociologia da Juventude. Rio de Janeiro: Zahar, 1968.

MARIANO, R. Efeitos da secularização do Estado, do pluralismo e do mercado religiosos sobre as igrejas pentecostais. *Civitas*, Porto Alegre, v. 3, n. 1, p. 111-124, jun. 2003.

MARIZ, C. L.; MACHADO, M. D. C. Mudanças recentes no campo religioso brasileiro. Rio de Janeiro, 1998.

MIRANDA, A. P. M. de; et al. "A intolerância religiosa e o ensino religioso confessional obrigatório em escolas públicas no Rio de Janeiro". In: *Anais Eletrônicos do XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais*, Salvador, 2011. Disponível em: <[http://www.xiconlab.eventos.dype.com.br/resources/anais/3/1307634312\\_ARQUIVO\\_aintoleranciareligiosaeoensinoconfessionalobrigatorioemescolaspublicasnoRiodeJaneiro.pdf](http://www.xiconlab.eventos.dype.com.br/resources/anais/3/1307634312_ARQUIVO_aintoleranciareligiosaeoensinoconfessionalobrigatorioemescolaspublicasnoRiodeJaneiro.pdf)>; Acesso: Dez/2014.

MORAES, P. *Juventude, Medo e Violência*. Ciclo de Conferências Direito e Psicanálise: novos e invisíveis laços sociais. 2005.

NOVAES, R. Os jovens "sem religião": ventos secularizantes, "espírito da época" e novos sincretismos - notas preliminares. *Estudos Avançados*, vol. 18, nº 52. p.321-330, USP: São Paulo, 2004.

NOVAES, R. Juventude, Percepções e Comportamentos: a religião faz diferença? In: ABRAMO, Helena. *Retratos da Juventude*. Análise de uma pesquisa nacional. Instituto Cidadania – Fundação Perseu Abramo. São Paulo, pág. 289, 2005.

\_\_\_\_\_. Os jovens de hoje: contextos, diferenças e trajetórias. In: ALMEIDA, Maria Isabel Mendes; EUGENIO, Fernanda (orgs.). *Culturas jovens: novos mapas do afeto*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., p.105 – 120, 2006.

\_\_\_\_\_. Juventudes, percepções e comportamentos: a religião faz a diferença? In: H.W. Abramo e P.P.M. Branco (Orgs). *Retratos da juventude brasileira: Análises de uma pesquisa nacional*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2008.

PIERUCCI, A. F.; PRANDI, R. *A Realidade Social das Religiões no Brasil: religião, sociedade e política*. São Paulo: Hucitec, 1996.

POUPART, J. A entrevista de tipo qualitativo: considerações epistemológicas, teóricas e metodológicas. In: POUPART, Jean et al. A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

RANQUETAT JUNIOR, C. Do confessional ao plural: uma análise sobre o novo modelo de ensino religioso nas escolas públicas brasileiras. Rev. Diálogo Educ., Curitiba, v. 08, n. 23, abr. 2008. Disponível em <[http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1981-416X2008000100018&lng=pt&nrm=iso](http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1981-416X2008000100018&lng=pt&nrm=iso)>. acessos em 05 jan. 2015

SANCHIS, P. Religiões, religião... Alguns problemas do sincretismo no campo religioso brasileiro. In: Sanchis, P. (org.). Fiéis e cidadãos - percursos de sincretismos no Brasil. Rio de Janeiro :EdUERJ, 2001.

SANTOS, A. L. *Religião e Política: socialização e cultura política entre a juventude da igreja pentecostal Assembleia de Deus em Porto Alegre – RS*. 2008. 154f. Tese (Doutorado em Ciência Política) – instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. 2008.

SILVA, B. M. e. Ensino religioso e resistência moral: dilemas na implantação da lei 3459/00 no Rio de Janeiro. In: Revista Ética e Filosofia Política, nº15, volume 1, maio 2012.

VARGAS, E.F. M. O ENSINO RELIGIOSO ENQUANTO POLÍTICA PÚBLICA: políticas educacionais na rede estadual de ensino do Rio de Janeiro. Dissertação de mestrado em Políticas Sociais. UENF, Campos dos Goytacazes/RJ, 2015.

VIANNA, H. Introdução. In: \_\_\_\_\_ (Org.). Galeras cariocas: territórios de conflitos e encontros culturais. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2003.

WEBER, M. *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.